

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ARTROPLASTIA PARCIAL DO JOELHO

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: _____ Pront: _____ Atend: _____

Por este instrumento particular o (a) paciente _____
ou seu responsável Sr. (a) _____,
declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena
autorização ao (à) médico(a) assistente, Dr.(a) _____,
inscrito(a) no CRM-_____ sob o nº _____ para proceder as investigações necessárias ao diagnóstico
do seu estado de saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico designado “**ARTROPLASTIA
PARCIAL DO JOELHO**”, e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas
médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de
outros profissionais de saúde. Declara, outrossim, que o referido (a) médico (a), atendendo ao disposto
nos arts. 22º e 34º do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos) e após a
apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico-cirúrgico anteriormente citado, prestando
informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento
sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

DEFINIÇÃO: colocação de prótese parcial no joelho, em substituição das regiões destruídas, sem cartilagem
articular adequada, decorrente de processo infeccioso, degenerativo, traumático, tumoral, etc. Esta prótese é
metálica, com componentes de polietileno, e pode, ou não, prover estabilidade.

COMPLICAÇÕES:

1. Septicemia – pode ocorrer uma infecção e a bactéria se espalhar pelo corpo através do sangue.
2. TVP – trombose venosa profunda.
3. Limitação funcional (perda parcial do movimento do joelho).
4. Falta de correção – o joelho pode não ficar no alinhamento ideal.
5. Soltura da prótese – por infecção, infecção subclínica ou por mal alinhamento e sobrecarga da prótese.
Esta pode se soltar e ocorre dor no joelho.
6. Fratura do fêmur ou da tíbia, próximo à prótese.
7. Possibilidade de cicatrizes com formação de quelóides (cicatriz hipertrófica-grosseira).
8. Hemartrose – sangramento que se acumula dentro da articulação. Pode ser necessária aspiração no pós-
operatório.
9. Progressão da doença, apesar de ter sido abordada cirurgicamente.

CBHPM – _____

CID – _____

Infecção relacionada à assistência à saúde

A legislação nacional vigente obriga os hospitais a manterem uma comissão e um programa de prevenção
de infecções relacionadas à assistência à saúde.

De acordo com a Agência nacional de Vigilância sanitária (ANVISA) e com o *National Healthcare Safety
Network* (NHSN), as taxas aceitáveis de infecção para cada potencial de contaminação cirúrgica são:

- Cirurgias limpas: até 4%
- Cirurgias potencialmente contaminadas: até 10%
- Cirurgias contaminadas: até 17%

Mesmo tomando-se todas as medidas possíveis para a prevenção de infecções, tanto por parte do cirurgião e
equipe, quanto por parte do hospital, esse risco existe e deve sempre ser considerado.

Declara ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente e aceitou, compromissando-se respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente).

Declara, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado **não assegura a garantia de cura**, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento.

Finalmente, declara ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível. Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Itajubá (MG) _____ de _____ de _____

Ass. Paciente e/ou Responsável

Nome: _____

RG/CPF: _____

Ass. Médico Assistente

Nome: _____

CRM: _____ UF: _____

Código de Ética Médica – Art. 22º. É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

Art. 34º. É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar danos, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.

Lei 8.078 de 11/09/1990 – Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9º - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto. **Art. 39º** - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.